

## **Resenha**

### **Razão e sociedade na teoria da escolha racional**

*Reason and society in rational choice theory*

<http://dx.doi.org/10.5007/2178-4582.2017v51n2p497-499>

**Matheus Boni Bittencourt**

*Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória/ES, Brasil*

## **Resenha de**

CARVALHO, Bruno Sciberras de. **A escolha racional como teoria social e política: uma interpretação crítica.** Topbooks: Rio de Janeiro, 2008, 283 p.

Este livro constitui um interessante estudo de Sociologia do Conhecimento sobre a chamada “teoria da escolha racional”, corrente que tem alta influência nos campos da ciência política e da sociologia, apesar de em grande parte originada nos postulados da teoria econômica neoclássica. A originalidade desta obra é a análise detida da argumentação utilizada pelos próprios autores da corrente teórica, uma pesquisa que tem como mérito explicitar os fundamentos implícitos da teoria da escolha racional. Esse não dito, aquilo que não é francamente enunciado pelos autores que formularam e promoveram a teoria da escolha racional, é o seu conteúdo normativo. O autor trabalha, então, para esclarecer a dimensão de narrativa política da teoria da escolha racional, que mostra sua força no discurso dos seus adeptos apesar da proposta de construção de um conhecimento positivo, reivindicada pelos proponentes.

A argumentação de Sciberras de Carvalho começa pela descrição dos postulados epistemológicos e ontológicos básicos da teoria da escolha racional, por uma pequena genealogia dos seus pioneiros: Pareto com sua obra econômica e sociológica estruturada na oposição entre ações lógico-experimentais e ações não-lógicas, orientadas por sentimentos e crenças; pela matemática da “teoria dos jogos” e da “troca social”; e pela metodologia econômica de Milton Friedmann. A teoria da escolha racional se fundamentaria numa concepção de relação instrumental entre um sujeito individual e o conjunto de objetos do mundo externo, que impõe oportunidades e restrições. A partir de então, desenvolvem-se aplicações múltiplas aplicações por meio da constru-

ção de modelos. Os teóricos da escolha racional, entretanto, jamais questionam a universalidade e a naturalidade do comportamento instrumental que postulam. Pois essa lógica de ação em particular não só depende de condições sociais objetivas, que estruturam sua condição de possibilidade e até mesmo sua deseabilidade. Até mesmo em condições propícias para sua realização, a saber, a sociedade capitalista e o Estado burocrático, nem sempre se verificam evidências que apoiam satisfatoriamente o egoísmo racional como melhor explicação para os fatos sociais. Segundo o autor, a teoria da escolha racional parte de uma concepção restritiva de subjetividade, que exclui tudo o que não se enquadra no postulado do comportamento individualista instrumental.

Para uma tal perspectiva teórica, a ação coletiva seria incompreensível fora dos marcos de conduta oportunista, pois a concepção de subjetividade instrumental-egoísta exclui de antemão considerações sobre a formação da identidade política. Depois de explicitar os postulados nem sempre admitidos da teoria da escolha racional, pode-se dizer que os capítulos seguintes do livro dedicam-se a avaliar as diferentes respostas para todos os “problemas da ação coletiva” derivados do núcleo das hipóteses teóricas da escolha racional, que incluem, segundo o autor, conteúdos normativos não ditos.

Ao discutir a inserção da escolha racional na teoria política, o autor chama a atenção para a redução da política ao mercado, sistematizada nas teorias “minimalistas” da democracia, que praticamente a reduzem ao regime eleitoral. Como políticos são igualados a empreendedores, eleitores a consumidores, e partidos a empresas, a política praticamente se reduz à gestão de bens públicos. E de preferência segundo um modelo liberal. O problema passa a ser, então, a melhor maneira de despolitizar as questões econômicas, que pela teoria da escolha racional, baseada em postulados neoclássicos, estariam de antemão resolvidas pelo modelo do “equilíbrio ótimo” de um mercado concorrencial perfeito. A única política racional seria, então, aquela capaz de garantir o funcionamento do mercado.

Nas incursões dos teóricos da escolha racional pela sociologia, discutida pelo autor no capítulo seguinte, ficaria patente a dificuldade dos adeptos da teoria em explicar a emergência e reprodução das normas sociais. As regras de coexistência social teriam sempre de ser reduzidas, de alguma maneira, ao postulado da racionalidade instrumental egoísta. A norma seria apenas a função de um consenso entre os agentes sociais de que elas seriam, provisoriamente, úteis para os seus próprios interesses. Com isso, a eficácia específica das normas sociais ficaria comprometida de antemão, e com isso as possibilidades de cooperação que não fosse imediatamente oportunista. Para tentar resolver essa questão espinhosa, os teóricos da escolha racional formularam a hipótese da confiança: a obediência às normas sociais, mesmo contra interes-

ses individuais imediatos do agente, interessaria a ele na medida em que lhe pudesse angariar a confiança dos demais. E a confiança mútua entre os agentes seria útil para a realização de futuras transações vantajosas. O que também é uma justificativa relativamente frágil, apesar de algo engenhosa num primeiro momento. Com esses raciocínios, os teóricos da escolha racional ignoram sistematicamente a conexão entre a conduta instrumental individual e processos macrossociais que estabelecem a condição do da razão maximizadora.

Nos capítulos 4 e 5, apresenta desdobramentos das discussões anteriores. Uma sobre o marxismo de escolha racional, que procurou, em certo momento, trazer a discussão sobre os problemas da ação instrumental no quadro de uma sociedade de classe, procurando justificar uma política de conciliação de classes. E outra sobre o problema das instituições formais e informais, discussão em que fica bastante evidente a proposta normativa de fundo à escolha racional, voltada para a construção de um Estado estritamente funcional ao desenvolvimento do mercado. O que ficaria conhecido depois como “neoliberalismo”, mas com ideias práticas muito distantes do mito do “Estado Mínimo”.

Faltou apenas uma consideração sobre a teoria do crime e da punição na escolha racional. Assunto que, apesar de afastar-se um pouco da questão da ideologia, permitiria explicitar como os adeptos da escolha racional ajudaram na formulação de estratégias de controle punitivo que ganharam o senso comum na forma do discurso da luta contra a impunidade.

Submissão em: 05/07/2016

Aceite em: 10/07/2017

Matheus Boni Bittencourt é Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo, especialista em História Literária, mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo. Atualmente faz doutorado em sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul

E-mail: [matheusbonibittencourt@gmail.com](mailto:matheusbonibittencourt@gmail.com)